

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE E AUDITORIA

1 - Segundo a Instrução CVM nº 308, o exame de qualificação técnica será realizado:

- (A) com vistas à habilitação para o exercício da atividade de auditoria junto a empresas seguradoras;
- (B) através da coordenação do IASB;
- (C) sob responsabilidade de universidade pública com curso de ciências contábeis;
- (D) no mínimo, no primeiro semestre de cada ano;
- (E) visando à capacitação dos membros do Conselho Fiscal.

2 - Para o exame da conta Bancos um auditor recebe um formulário de reconciliação bancária preenchido pelo cliente, que parte do saldo conforme razão e, após se considerarem os itens pendentes, chega-se ao saldo conforme informado pelo banco. Ao testar a soma, não foram encontradas divergências. Sabendo que o “Saldo conforme o razão” é de \$10.500, as “Entradas de dinheiro consideradas no razão e não consideradas pelo banco” são de \$1.200, as “Saídas de dinheiro consideradas no razão e não consideradas pelo banco” são de \$300, as “Entradas de dinheiro consideradas pelo banco e não consideradas no razão” são de \$250 e as “Saídas de dinheiro consideradas pelo banco e não consideradas no razão” são de \$100. O valor do “Saldo conforme informado pelo banco” é de:

- (A) \$12.350;
- (B) \$11.250;
- (C) \$8.650;
- (D) \$9.350;
- (E) \$9.750.

3 - Segundo a NPA nº 11 do Ibracon, obras de infra-estrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas são exemplos de:

- (A) elementos do ativo social;
- (B) itens de um programa de certificação ambiental;
- (C) indicadores da qualidade social;
- (D) vetores para obtenção do selo verde;
- (E) componentes do ativo ambiental.

4 - O procedimento de auditoria que consiste na obtenção de informação formal junto a terceiros independentes da administração da empresa auditada é denominado:

- (A) confirmação;
- (B) conferência de cálculos;
- (C) observação;
- (D) inventário físico;
- (E) exame da escrituração.

5 - Segundo a NBC T 11.4, o planejamento de auditoria:

- (A) é um conjunto de procedimentos aplicados sobre informações financeiras com o objetivo de estudar a relação existente entre os dados;
- (B) é um conceito, no âmbito da referida norma, rigorosamente idêntico aos termos Plano de Auditoria ou Programa de Auditoria;
- (C) é um processo que se inicia após a fase de avaliação para a contratação dos serviços, quando devem ser levantadas as informações necessárias para conhecer a entidade;
- (D) deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, dentre eles o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade;
- (E) resulta no programa de auditoria, que é um roteiro informal e oral que objetiva propiciar uma orientação mais adequada para a divisão do trabalho.

6 - Os auditores independentes deverão se submeter à revisão do seu controle de qualidade por outro auditor independente, também registrado na Comissão de Valores Mobiliários. Esta revisão deverá:

- (A) gerar relatório a ser encaminhado ao auditor independente e à CVM até 31 de março do ano seguinte em que se realizar a revisão;
- (B) ter a observância, por parte do responsável pela revisão em relação ao auditor revisado, das normas de independência aprovadas pelo CFC;
- (C) ser realizada exclusivamente por Auditor Independente – Pessoa Jurídica, registrado na Comissão de Valores Mobiliários;
- (D) ter a substituição do auditor independente revisor determinada, se solicitado pelo auditor revisado e acatado o pedido pelo Ibracon;
- (E) ocorrer a cada três anos, podendo ter o interstício aumentado para quatro anos se o relatório de revisão classificar o controle de qualidade como elevado.

7 - Quando o auditor independente está convencido que as demonstrações financeiras examinadas foram elaboradas de forma adequada em todos os seus aspectos relevantes, é emitido um parecer:

- (A) sem ressalvas;
- (B) com ressalvas;
- (C) adverso;
- (D) com abstenção de opinião;
- (E) contrário.

8 - Segundo a NPA nº 01 do Ibracon, as normas profissionais de auditoria independente compreendem:

- (A) normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, normas de relacionamento com a auditoria interna e normas profissionais de auditor independente;
- (B) código de ética profissional do auditor independente, normas profissionais de auditor independente e orientações sobre educação e formação técnica e profissional do auditor;
- (C) normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, normas profissionais de auditor independente e orientações sobre educação e formação técnica e profissional do auditor;
- (D) código de ética profissional do auditor independente, normas de relacionamento com a auditoria interna e normas profissionais de auditor independente;
- (E) normas de relacionamento com a auditoria interna, normas profissionais de auditor independente e orientações sobre educação e formação técnica e profissional do auditor.

9 - A Instrução CVM nº 381 dispõe sobre a divulgação, por parte das entidades auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. A alternativa que reflete corretamente os preceitos constantes na norma é:

- (A) são definidas como entidades auditadas as empresas que negociam ações em bolsa de valores ou mercado de balcão, por intermédio de distribuidora de valores;
- (B) dentre as informações a serem divulgadas encontra-se o valor total dos honorários relativos à prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa;
- (C) as informações relativas à prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa devem ser divulgadas à CVM, através de relatório sigiloso;
- (D) não haverá divulgação de informação quando a remuneração pelos outros serviços for inferior a 3% do valor dos serviços de auditoria externa;
- (E) são consideradas como partes relacionadas com o auditor independente, as pessoas físicas com qualquer grau de vinculação com o auditor .

10 - O parecer com abstenção de opinião é emitido quando:

- (A) for constatado que as demonstrações financeiras não representam a realidade da organização auditada;
- (B) as demonstrações contábeis representarem em seu conjunto a situação patrimonial da empresa analisada;
- (C) o auditor não consegue reunir comprovação suficiente para formar sua opinião sobre as demonstrações financeiras;
- (D) for detectado pelos auditores erro que induza os usuários a uma compreensão falha da empresa auditada;
- (E) for encontrado erro relevante nas demonstrações contábeis auditadas.

11 - Segundo a NBC T 11.3, o auditor deve manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de:

- (A) 5 anos, a partir da data de encerramento das demonstrações;
- (B) 4 anos, a partir da data de encerramento das demonstrações;
- (C) 5 anos, a partir da data de emissão do seu parecer;
- (D) 6 anos, a partir da data de encerramento das demonstrações;
- (E) 4 anos, a partir da data de emissão do seu parecer.

12 - Segundo a Instrução CVM nº 308, para fins de registro na categoria de auditor independente – pessoa física será necessária a seguinte condição:

- (A) estar exercendo atividade de auditoria independente, mantendo escritório profissional legalizado em nome próprio;
- (B) estar registrado no Conselho Regional de Contabilidade de seu estado de origem como contabilista;
- (C) haver exercido atividade de auditoria dentro do território nacional ou em países com mercados mobiliários regulamentados;
- (D) ter escritório registrado no Ibracon, com condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos;
- (E) ter sociedade constituída sob a forma de sociedade civil e que tenham em seu contrato social expressões do tipo “limitada”.

13 - O proprietário de uma empresa retira temporariamente do caixa R\$ 2.000,00. O contador registra um adiantamento da empresa para o proprietário. O princípio que norteou esta conduta foi:

- (A) Competência do Exercício;
- (B) Denominador comum monetário;
- (C) Entidade;
- (D) Realização da Receita;
- (E) Custo Histórico.

14 - Com base nos conceitos de origens e aplicações de recursos, os recursos totais à disposição da empresa são:

- (A) Capital Próprio + Capital de Terceiros;
- (B) Duplicatas a Pagar + Lucros Acumulados;
- (C) Capital Social + Duplicatas a Pagar;
- (D) Capital Social + Lucros Acumulados;
- (E) Capital Social + Capital Próprio.

15 - Quando uma empresa efetua a liquidação de uma dívida, o Balanço Patrimonial é alterado da seguinte maneira:

- (A) Diminui o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido e aumenta o Ativo;
- (B) Diminui o Passivo Exigível e o Ativo;
- (C) Aumenta o Ativo e diminui o Passivo Exigível;
- (D) Diminui o Ativo e o Passivo Exigível e aumenta o PL;
- (E) Diminui e aumenta o Patrimônio Líquido.

16 - O Banco Regional S.A. dispõe em seu manual de normas que o limite de crédito para seus clientes será estipulado de maneira que o Capital de Terceiros não ultrapasse a 60% dos recursos totais após a concessão do empréstimo. Seu cliente a empresa Santa Isabel S.A. está precisando de um empréstimo e apresenta o seguinte Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial Resumido

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	180.000	Circulante	400.000
Realizável L.P	320.000	Exigível L.P	200.000
Permanente	700.000	Patrimônio Líquido	600.000
TOTAL	1.200.000	TOTAL	1.200.000

Com base no balanço da Santa Isabel o valor máximo de empréstimo que ela pode obter, considerando as normas do banco, será:

- (A) \$360;
- (B) \$300;
- (C) \$120;
- (D) \$60;
- (E) \$720.

17 - A ocorrência de desfalque no caixa numa empresa é um evento que afeta o patrimônio da entidade da seguinte forma:

- (A) Diminui o Ativo e aumenta o Passivo Exigível;
- (B) Diminui o Ativo e diminui o Passivo Exigível;
- (C) Aumenta o Passivo Exigível diminui o Patrimônio Líquido;
- (D) Diminui o Ativo e diminui o Patrimônio Líquido;
- (E) Diminui o Patrimônio Líquido e diminui o Passivo Exigível.

18 - A Empresa foi constituída por três sócios, que integralizaram de imediato o capital de \$25.000,00, como segue:

João da Silva	\$10.000,00
Pedro Pereira	\$5.000,00
José Araújo	\$10.000,00

Após determinado período, o histórico de resultados da empresa era o seguinte: Lucros auferidos nas operações: \$20.000,00; dos quais apenas \$5.000,00 foram distribuídos e pagos aos sócios. Os restantes \$15.000,00, por decisão dos próprios sócios, foram reinvestidos na empresa (considera-se que estão registrados numa conta intitulada Reserva para Aumento de Capital e que o patrimônio líquido no dia 31-12-2006 é de \$40.000,00, formado exclusivamente pela conta Capital Social e essa Reserva).

Nessa Oportunidade, Pedro Pereira decide retirar-se da sociedade, vendendo sua participação aos dois outros sócios, pelo valor patrimonial. O valor que Pedro Pereira deve receber pela venda de sua participação na sociedade, será:

- (A) \$5.000,00;
- (B) \$8.000,00;
- (C) Zero;
- (D) \$10.000,00;
- (E) \$15.000,00.

19 - Na linha de produção de uma empresa foram produzidas durante o mês de agosto de 2007, 2.000 caixas de sabão em pó e 1000 litros de sabão líquido. Para esta produção foram utilizados 1500 kg e 1000 kg respectivamente de matéria prima, no valor global de \$ 7.500,00. Sabe-se que para produzir 1000 litros de sabão líquido se gasta o dobro de mão-de-obra direta que para produzir 2000 caixas de sabão em pó. O total de mão-de-obra direta foi de \$ 4.500,00.

Os custos indiretos de fabricação totalizaram nesse mês, \$3.000,00 e são rateados pelos produtos de acordo com os custos diretos de cada um. Com base no exposto o custo de cada caixa de sabão em pó e de cada litro de sabão líquido será, respectivamente:

- (A) \$3,15 e \$4,20;
- (B) \$3,22 e \$4,12;
- (C) \$2,75 e \$5,00;
- (D) \$2,24 e 3,67;
- (E) \$3,75 e \$7,50.

20 - Considere três empresas: a Cia. "A" é fabricante de tratores e tem um giro muito rápido no estoque (máximo de 360 dias); a Cia. "B" é revendedora de tratores e tem um giro mais lento, demorando, em média, dois anos para vender tais mercadorias; a Cia. "C" é uma empresa agropecuária que após usar os tratores por cinco anos eventualmente vende-os para terceiros ou doa para uma pequena cooperativa de agricultores. Admite-se, ainda, que todas essas empresas tenham tratores em seu Ativo. A classificação desses tratores no Balanço Patrimonial nas respectivas empresas será:

- (A) Ativo Circulante, Ativo Circulante e Ativo Circulante.
- (B) Ativo Circulante, Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (C) Ativo Circulante, Ativo Circulante e Ativo Imobilizado.
- (D) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Imobilizado.
- (E) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo.

21 - Observe abaixo os saldos das contas de uma determinada empresa.

- Capital Social \$10.000
- Duplicatas Descontadas \$2.000,00
- Contas a Receber de Clientes \$4.000,00
- Estoque de Mercadorias \$3.000,00
- Duplicatas a Pagar \$5.000,00
- Despesas Antecipadas \$3.000,00

O total do Ativo Circulante evidenciado no Balanço Patrimonial será:

- (A) \$27.000,00;
- (B) \$17.000,00;
- (C) \$10.000,00;
- (D) \$8.000,000;
- (E) \$7.000,00.

22 - Uma determinada empresa apresenta os valores de diversas contas no seu balancete de verificação.

- Despesas antecipadas \$5.000,00;
- Imobilizações em andamento \$20.000,00;
- Reservas de reavaliação de ativo imobilizado \$10.000,00;
- Capital a integralizar \$30.000,00;
- Móveis e utensílios \$50.000,00;
- Veículos para venda \$25.000,00;
- Máquinas e equipamentos \$20.000,00.

Com base nas contas apresentadas acima o total do Ativo Imobilizado evidenciado no Balanço Patrimonial será:

- (A) \$145.000,00;
- (B) 140.000,00;
- (C) \$125.000,00
- (D) \$115.000,00;
- (E) \$90.000,00.

23- Empresa Real Transportes Ltda. fez uma aquisição de um veículo em 01/07/2005 por \$30.000,00. A empresa costuma depreciar esse tipo de veículo a uma taxa de 20% ao ano. Em 30/12/2007 o referido veículo foi roubado e, ao se pegar a apólice de seguro nos arquivos para solicitar indenização à seguradora, descobriu-se que a mesma estava vencida e que não foi renovada por uma falha nos controles. A empresa havia comprado esse veículo a prazo e ainda devia \$13.000,00 relativos a essa aquisição. O efeito desse evento no balanço da empresa será:

- (A) No Ativo uma redução de \$30.000,00; no Passivo uma redução de \$30.000,00 e no Patrimônio Líquido uma redução de \$30.000,00;
- (B) No Ativo uma redução de \$18.000,00; no Passivo uma redução de \$13.000,00 e no Patrimônio Líquido uma redução de \$18.000,00;
- (C) No Ativo uma redução de \$15.000,00; no Passivo uma redução de \$13.000,00 e no Patrimônio Líquido uma redução de \$15.000,00;
- (D) No Ativo uma redução de \$15.000,00; no Passivo um aumento de \$13.000,00 e no Patrimônio Líquido uma redução de \$15.000,00;
- (E) No Ativo uma redução de \$15.000,00; no Passivo não altera e no Patrimônio Líquido uma redução de \$15.000,00.

24 - A empresa Comercial Ltda. teve o seguinte fluxo de liquidação de receitas e despesas:

- Despesas relativas a dezembro de 2006 pagas no mesmo mês, R\$45.000,00;
- Despesas relativas a Janeiro de 2007, pagas em dezembro de 2006, R\$ 54.000,00;
- Despesas relativas a dezembro de 2006 pagas em janeiro de 2007, R\$36.000,00;
- Receitas relativas a dezembro de 2006 recebidas em janeiro de 2006, R\$ 27.000,00;
- Receitas relativas a janeiro de 2007, recebidas em dezembro de 2006, R\$63.000,00;
- Receitas relativas a dezembro de 2006 e recebidas em dezembro de 2007, R\$ 51.000,00.

Com base apenas nestas informações, o resultado do exercício de 2006, pelo Regime de Competência e pelo Regime de Caixa, será respectivamente:

- (A) Prejuízo de R\$3.000,00 e lucro de R\$6.000,00;
- (B) Lucro de R\$15.000,00 e prejuízo de R\$3.000,00
- (C) Lucro de R\$6.000,00 e prejuízo de R\$3.000,00;
- (D) Prejuízo de R\$ 3.000,00 e prejuízo de R\$ 9.000,00;
- (E) Lucro de R\$3.000,00 e lucro de R\$15.000,00.

25 - As lojas Auto Peças Ltda. iniciaram suas atividades em janeiro de 2006. No final do primeiro semestre constatou os seguintes dados contábeis:

- Receitas no primeiro semestre R\$ 30.500,00;
- Despesas consumidas no primeiro semestre R\$ 22.000,00;
- Receitas recebidas no primeiro semestre R\$ 28.000,00;
- Despesas pagas no primeiro semestre R\$ 17.600,00.

Durante o segundo semestre de 2006, a empresa recebeu suas duplicatas e pagou suas despesas referentes ao primeiro semestre. Também obteve receitas no valor de R\$ 40.000,00 e despesas de R\$ 27.000,00, sendo que 76% das receitas foram recebidas e a 60% das despesas foram pagas. Os Resultados pelo regime de competência e pelo regime de caixa, no segundo semestre, serão respectivamente:

- (A) Lucro de R\$ 13.000 e Lucro de R\$ 14.200;
- (B) Lucro de R\$ 68.000 e Lucro de R\$ 44.600;
- (C) Lucro de R\$ 6.000 e Lucro de R\$ 2.500;
- (D) Lucro de R\$ 24.600 e Lucro de R\$ 21.500
- (E) Lucro de R\$ 13.000 e Lucro de R\$ 12.300.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

26 - Segundo a IFRS 8 dois ou mais segmentos podem ser agregados num único segmento operacional, se possuírem características econômicas similares e tiverem similaridades em relação a vários aspectos operacionais. O aspecto que é desconsiderado para fins da decisão de agregação de segmentos é:

- (A) a natureza dos métodos utilizados para distribuição de seus produtos e fornecimento de seus serviços;
- (B) a natureza de seus processos de produção utilizados no ambiente de manufatura;
- (C) a natureza do ambiente regulatório, se for o caso, como ocorre para seguros e utilidade pública;
- (D) a natureza dos recursos humanos empregados no fornecimento de seus serviços;
- (E) a natureza e composição dos produtos elaborados e serviços fornecidos.

27 - A IAS 7 e o CPC 3 estabelecem as práticas contábeis associadas à demonstração de fluxos de caixa. Uma de suas diferenças reside no seguinte aspecto:

- (A) a IAS 7 permite a classificação de juros pagos como atividade de financiamento e o CPC 3 não permite;
- (B) os juros capitalizados são classificados pelo CPC 3 como atividades de investimento e na IAS 7 apenas como atividades operacionais;
- (C) o CPC 3 proíbe a divulgação de medidas do fluxo de caixa por ação e a IAS 7 não proíbe;
- (D) a IAS 7 requer a divulgação da política contábil referente aos itens equivalentes ao caixa ao passo que o CPC 3 não requer essa divulgação;
- (E) a IAS 7 classifica os dividendos pagos como atividades de financiamento enquanto o CPC 3 apenas os classifica como atividades operacionais.

28 - Analise as demonstrações expostas a seguir:

Balço Patrimonial (R\$)	20X0	20X1
Ativo		
Caixa	8.000	28.000
Clientes	40.000	35.000
Mercadorias	26.000	33.000
Total	74.000	96.000
Passivo e Patrimônio Líquido		
Fornecedores	30.000	23.000
Salários e aluguéis a pagar	17.000	36.000
Dividendos a pagar	5.000	12.000
Capital social	17.000	17.000
Reservas de capital e de lucros	5.000	8.000
Total	74.000	96.000

Demonstração de Resultado (R\$)	20X1
Receitas de vendas	85.000
Custo das vendas	(45.000)
Despesas com salários e aluguéis	(25.000)
Lucro líquido	15.000

Os montantes líquidos dos fluxos de caixa das atividades operacionais (FCO) e de financiamento (FCF) para 20X1, em conformidade aos critérios de classificação da IAS 7 e do CPC 3, podem ser, respectivamente:

- (A) FCO de R\$ +20.000 e FCF de R\$ +5.000;
- (B) FCO de R\$ +30.000 e FCF de R\$ -5.000;
- (C) FCO de R\$ +15.000 e FCF de R\$ +5.000;
- (D) FCO de R\$ +30.000 e FCF de R\$ 0;
- (E) FCO de R\$ +25.000 e FCF de R\$ -5.000.

29 - A IAS 7 e o CPC 3 permitem relativa flexibilidade na divulgação da demonstração de fluxos de caixa. No entanto, uma das práticas a seguir exigida por essas normas é que:

- (A) o imposto de renda pago seja separado entre os três fluxos de caixa;
- (B) os itens equivalentes ao caixa correspondam aos títulos adquiridos até noventa dias de seus vencimentos;

- (C) a exposição do fluxo de caixa operacional seja pelos métodos direto e indireto;
- (D) os dividendos recebidos sejam incluídos nas atividades operacionais;
- (E) os juros capitalizados integrem as atividades de investimento.

Considere a situação descrita abaixo e responda as questões de números 30 e 31.

30 - Uma companhia detinha em 31 de dezembro de 20X0 determinado ativo fixo registrado ao custo de aquisição de R\$ 500.000, com 40% de depreciação já incorrida. Ocorre, então, um indicativo de perda do valor de recuperação do ativo. O valor corrente de mercado do ativo caiu para R\$ 230.000, ao passo que seu valor justo deduzido dos custos estimados de venda significa agora R\$ 210.000. Em adição, o fluxo de caixa esperado de seu uso foi recalculado e descontado a uma taxa anual de 5%, revelando um valor presente de R\$ 215.000.

O montante da perda a ser reconhecido no período, com base na IAS 36 e CPC 1, é de:

- (A) R\$ 80.000;
- (B) R\$ 85.000;
- (C) R\$ 90.000;
- (D) R\$ 82.660;
- (E) R\$ 70.000.

31 - Na medida em que o ativo apresentasse uma depreciação já incorrida de 45% e tivesse o valor presente de seu fluxo de caixa de R\$ 205.000, mantendo-se inalteradas as demais variáveis, a perda do valor de recuperação do ativo é:

- (A) R\$ 70.000;
- (B) R\$ 45.000;
- (C) R\$ 65.000;
- (D) R\$ 75.000;
- (E) R\$ 60.000.

32 - A IAS 17 relaciona algumas situações que podem conduzir a que uma transação de arrendamento mercantil seja classificada como financeira.

A situação que está mais identificada com outras modalidades de arrendamento é:

- (A) o arrendamento transfere a posse do ativo ao arrendatário no fim do prazo do contrato;
- (B) o arrendatário possui a opção de comprar o ativo por um preço que se espera ser equivalente a seu valor justo na data em que a opção seja exercida;
- (C) o prazo do arrendamento abrange a maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que o título de propriedade não seja transferido;
- (D) no início do arrendamento o valor dos pagamentos mínimos ajustados do contrato atinge, pelo menos substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado;
- (E) o ativo arrendado é de tal natureza especializada que apenas o arrendatário pode usá-lo sem que sejam efetuadas grandes modificações.

33 - Uma companhia celebrou um contrato de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 20X0, associado a um equipamento. O contrato estabeleceu: (1) uma contraprestação anual de R\$ 25.000, com vencimento no final de cada ano; (2) um valor residual garantido (opção de compra) de R\$ 8.000; (3) um período de 5 anos, que equivale a vida útil do ativo; e (4) uma taxa de juros de 10% ao ano.

O valor presente líquido desse contrato representa R\$ 99.737.

Com base no tratamento contábil da IAS 17, as despesas incorridas com depreciação e juros no exercício de 20X2 são, aproximadamente:

- (A) R\$ 18.954 e R\$ 9.477;
- (B) R\$ 19.947 e R\$ 6.818;
- (C) R\$ 18.954 e R\$ 7.925;
- (D) R\$ 19.947 e R\$ 8.471;
- (E) R\$ 19.947 e R\$ 9.477.

34 - A IAS 17 dispõe sobre o tratamento contábil das transações de venda seguidas de arrendamento, as quais são conhecidas por *sale-leaseback*. Nessas transações os pagamentos do arrendamento e o preço de venda são usualmente interdependentes, por serem negociados no mesmo contrato.

Na medida em que uma transação de *sale-leaseback* resulte num arrendamento operacional, o tratamento contábil que conflita com as orientações da IAS 17 ocorrerá, se:

- (A) o valor contábil líquido do ativo for menor que os valores de venda e justo, e se o valor de venda superar o valor justo, o excesso acima do valor justo é diferido durante o prazo do arrendamento;
- (B) o valor de venda for menor que o valor contábil líquido do ativo, a diferença é integralmente computada no período da venda;
- (C) o valor contábil líquido do ativo for menor que o valor de venda, e este menor que o valor justo, o resultado contábil da venda é reconhecido no período da venda, desde que não existam compensações;
- (D) o valor de venda for maior que o valor contábil líquido do ativo, a diferença é diferida pelo prazo do arrendamento, independentemente ao valor justo;
- (E) o valor contábil líquido for menor que os valores de venda e justo do ativo, e se o valor de venda for igual ao justo, o resultado contábil da venda é reconhecido no período da venda.

35 - Em dado momento uma sociedade por ações efetuou um contrato do tipo *sale-leaseback* para um de seus terrenos, o qual resultou num arrendamento financeiro. O valor contábil do ativo consistiu de R\$ 100.000, enquanto seu valor justo significou R\$ 130.000. Por outro lado, o contrato estabeleceu seu valor de venda em R\$ 150.000.

Com base nas orientações da IAS 17, o tratamento contábil da transação de venda é:

- (A) R\$ 30.000 são reconhecidos como ganho do período corrente e R\$ 20.000 são diferidos durante o contrato;
- (B) R\$ 50.000 são reconhecidos integralmente como ganho do período corrente;
- (C) R\$ 20.000 são reconhecidos como ganho corrente e R\$ 30.000 são diferidos durante a vida útil do ativo;
- (D) R\$ 20.000 são reconhecidos como ganho corrente e R\$ 30.000 são diferidos durante a o prazo do contrato;
- (E) R\$ 50.000 são integralmente diferidos durante a vida útil do ativo.

36 - A IFRS 5 introduziu aprimoramentos ao tratamento contábil e divulgação dos ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas. A prática contábil que conflita com os objetivos e conceitos da norma é:

- (A) permitir a restauração parcial do valor do ativo, pela diferença entre seus valores justos deduzidos dos custos de venda entre momentos após sua classificação como mantido para venda;
- (B) orientar sobre a apresentação e divulgação de segmentos operacionais descontinuados, cujo resultado contábil é divulgado numa linha em separado da demonstração de resultado;
- (C) estabelecer que um ativo classificado como mantido para venda apareça pelo menor valor, entre seu valor de registro e seu valor justo menos os custos estimados de venda.
- (D) determinar que a depreciação de um ativo classificado como mantido para venda continue desde o momento em que é assim classificado até a ocasião de sua efetiva alienação;
- (E) determinar que um ativo classificado como mantido para venda seja divulgado em separado numa linha do balanço patrimonial.

37 - Na determinação do resultado por ação diluído, o elemento que não participa do denominador da fórmula, que diz respeito às ações ordinárias potenciais é:

- (A) as ações que sejam emitidas para a satisfação de condições resultantes de acordos contratuais;
- (B) os contratos de opções em ações;
- (C) as garantias (*warrants*);
- (D) os empréstimos bancários e outros instrumentos de endividamento;
- (E) os instrumentos patrimoniais, inclusive os ligados a ações preferenciais que sejam conversíveis em ordinárias.

38 - A IAS 33 prescreve as práticas contábeis associadas ao cálculo e divulgação do resultado por ação. A prática que conflita com as orientações da IAS 33 é:

- (A) a entidade que escolher divulgar o resultado por ação para suas demonstrações individuais, apresentará essa informação também para as demonstrações consolidadas;
- (B) diluição consiste na redução do resultado por ação, em razão da suposição de que instrumentos conversíveis serão convertidos em ações ordinárias;
- (C) se uma entidade apresentar suas demonstrações individuais e para o consolidado, o resultado por ação apenas precisará ser apresentado numa base consolidada;
- (D) a norma é aplicável às demonstrações individuais de uma entidade cujas ações ordinárias sejam negociadas em mercado de balcão, incluindo os locais e regionais;
- (E) um 'acordo de ação contingente' (*contingent shares agreement*) consiste no acordo para emissão de ações, que dependa da satisfação de condições específicas.

39 - As orientações contidas na IAS 21 são aplicáveis a um amplo escopo de transações e operações. A transação ou operação que faz parte do escopo de uma outra norma é:

- (A) transações de *hedge* para itens em moeda estrangeira, inclusive aquelas associadas a bens ou serviços de exportação;
- (B) conversão (tradução) de resultados de operações estrangeiras, que sejam incluídos nas demonstrações da entidade para fins de equivalência patrimonial;
- (C) conversão (tradução) dos resultados de uma entidade na moeda de apresentação;
- (D) derivativos em moeda estrangeira que sejam embutidos em outros contratos;
- (E) conversão (tradução) de resultados de operações no exterior, que sejam incluídos nas demonstrações da entidade para fins de consolidação proporcional.

40 - A alternativa que está em desacordo com as práticas contábeis contidas na IAS 21 é:

- (A) um dos fatores para determinação da moeda funcional consiste na moeda que, principalmente, influencia os preços de venda de bens e serviços;
- (B) caso a moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, as demonstrações da entidade são restauradas de acordo com a IAS 29;
- (C) numa economia com relativa estabilidade de preços e câmbio, a moeda funcional representa a moeda de apresentação da entidade estrangeira;
- (D) um fator que auxilia na determinação da moeda funcional consiste na moeda em que os recursos das atividades de financiamento são geradas;
- (E) a IAS 21 admite o julgamento da administração na determinação da moeda funcional da entidade, quando os fatores listados não a possam identificar com clareza.

ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

41 - Nos termos da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas está limitada ao seguinte parâmetro:

- (A) valor do patrimônio líquido da companhia;
- (B) valor de mercado das suas ações;
- (C) preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- (D) sua participação no capital social da sociedade;
- (E) valor econômico da companhia.

42 - A legislação societária brasileira define a companhia aberta como aquela que:

- (A) possui mais de dois acionistas e o seu capital social está dividido em ações ordinárias e preferenciais;
- (B) os valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários;
- (C) publica seus atos societários e demonstrativos financeiros em jornal de grande circulação;
- (D) possui uma carteira de investimento diversificada em valores mobiliários;
- (E) do seu quadro societário podem participar acionistas estrangeiros.

43 - As ações preferenciais sem direito de voto ou com restrição ao exercício deste direito, somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários se a elas for atribuída pelo menos o direito de:

- (A) participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, cinquenta por cento do lucro líquido;
- (B) receber dividendo de pelo menos trinta por cento maior do que o atribuído à ação ordinária;
- (C) eleger, no mínimo, um representante dos acionistas minoritários na diretoria da sociedade;
- (D) ser recomprada pela emissora ao seu valor patrimonial, após cinco anos;
- (E) ser incluída na oferta pública de alienação de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias

44 - A lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, acrescentou à Lei nº 6385, de 07 de dezembro de 1976 o capítulo VII-B, que trata dos crimes contra o mercado de capitais.

Nele é tipificado como crime contra o mercado de capitais:

- (A) realizar ordem de compra ou venda de ações em desacordo com a especificação do cliente;
- (B) atuar agressivamente no mercado de capitais gerando perdas para a carteira administrada;
- (C) orientar cliente para realizar operação em desacordo com o seu perfil de risco;
- (D) utilizar informação relevante, ainda não divulgada ao mercado, e da qual deva manter sigilo;
- (E) exercer cumulativamente diversas funções na mesma instituição financeira.

45 - A ITAÚSA, empresa de participação do grupo ITAÚ, e o UNIBANCO anunciaram em 03-11-2008 que irão fundir suas operações financeiras, o que formará o maior banco do país e o maior grupo financeiro do hemisfério sul, segundo comunicado divulgado por aquelas instituições.

Nos termos da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, fusão é a operação:

- (A) pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra que lhe sucede em todos e direitos e obrigações;
- (B) para qual a assembléia geral, de cada companhia, se aprovar o protocolo de fusão, deve avaliar antecipadamente os patrimônios líquidos da sociedade;
- (C) em que os sócios ou acionistas das companhias fundidas votarão na assembléia que aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade de que fazem parte;
- (D) na qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações;
- (E) em que a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes.

46 - Um dos fundamentos da legislação do mercado de capitais - que a legislação da CVM procura assegurar - é garantir ao investidor amplo acesso à informação sobre seu investimento. Neste sentido, quando de seu ingresso em um fundo de investimentos, o cotista deve atestar que:

- (A) seus recursos são oriundos de receitas legais e sem restrições fiscais;
- (B) tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento do fundo;
- (C) conhece toda a legislação aplicável àquela modalidade de investimento;
- (D) os investimentos do fundo são compatíveis com sua capacidade financeira;
- (E) não tem objeção a estratégias de risco.

47 - Consideram-se “Exclusivos” os fundos para investidores qualificados constituídos para receber aplicações exclusivamente de um único cotista.

São considerados investidores qualificados:

- (A) seguradoras e sociedades de capitalização;
- (B) pessoas físicas que investirem, ao menos, R\$100.000,00 (cem mil) em cotas desse fundo;
- (C) sociedades administradoras de condomínios de qualquer natureza, com pelo menos 5 (cinco) clientes;
- (D) investidores, pessoas físicas ou jurídicas, atuantes a, pelo menos, 20 anos no mercado de valores mobiliários;
- (E) qualquer investidor que assuma a responsabilidade pelos resultados que venham a ser auferidos pelo fundo.

48 - No sentido de proteger o patrimônio do investidor é vedado à instituição administradora de um fundo de investimento, realizar operações do fundo quando caracterizada situação de conflito de interesses. Com o mesmo objetivo, também, é vedado:

- (A) contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM;
- (B) envidar esforços para alcançar as melhores alternativas de investimento;
- (C) alavancar os recursos do fundo, mesmo que autorizado pelos cotistas;
- (D) fazer aplicações de derivativos que possam incorrer em perdas;
- (E) realizar operações em mercados futuros a descoberto.

49 - Toda oferta pública de distribuição de valores mobiliários no mercado primário deverá ser submetida previamente a registro na CVM, e, efetuada com intermediação das instituições integrantes do sistema de distribuição.

Nos termos da legislação aplicável, cabe ao líder da distribuição, entre outras atribuições:

- (A) declarar, em conjunto com o ofertante, por meio dos prospectos, a rentabilidade esperada para o investimento, suas condições e o tipo de contrato de distribuição;
- (B) revisar, com fim de modificar qualquer informação irregular, os prospectos relativos à distribuição elaborados pela companhia emissora;
- (C) suspender a distribuição na ocorrência de qualquer fato ou irregularidade que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro;
- (D) comunicar à CVM, ao final da distribuição, a ocorrência do ato ou irregularidade para que aquela tome as providências necessárias a sua regularização;
- (E) encaminhar, trimestralmente, aos investidores participantes da distribuição relatórios quanto à situação econômica e financeira da empresa emissora.

50 - Apesar de a Lei nº 6385, de 07 de dezembro de 1976, não conceituar expressamente valores mobiliários, apresenta uma lista daqueles que estão sujeitos ao seu regime. Assim, são considerados valores mobiliários:

- (A) as ações, os contratos futuros, de opções e de derivativos ou quaisquer títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira;
- (B) as notas comerciais, os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, as ações, as debêntures e os bônus de subscrição;
- (C) as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos, os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e os certificados de depósito de valores mobiliários;
- (D) quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros, quando ofertados publicamente;
- (E) os certificados de depósito de valores mobiliários, quaisquer títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira e os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários.

FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

51 - Os clientes que compram e vendem ativos ou direitos no Mercado de Balcão Organizado podem manifestar seus interesses junto aos intermediários por meio de Ordens. A Ordem Administrada é uma das que podem ser aceitas no sistema de negociação desse mercado, e é aquela na qual o cliente especifica:

- (A) somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos a serem negociados e deve ser executada imediatamente;
- (B) uma ordem de venda de um ativo e uma ordem de compra de outro ativo que devem ser executadas em conjunto;
- (C) somente o nível de preço a partir do qual a ordem deve ser executada;
- (D) somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos, ficando a execução a critério do intermediário;
- (E) o preço, que deve ser tomado como parâmetro de decisão, e as características dos ativos.

52 - Ao negociar ações, no mercado a termo, o investidor encontra algumas vantagens. Uma delas é a possibilidade de realizar financiamento de caixa, que o investidor consegue ao:

- (A) fixar o preço das ações;
- (B) diversificar os riscos adquirindo mais de um papel;
- (C) vender à vista e comprar a termo o mesmo papel;
- (D) receber o prêmio relativo a realização da operação;
- (E) fazer uso do depósito de garantia.

53 - O ambiente ou sistema de negociação de uma bolsa deve possuir características, procedimentos e regras de negociação, previamente estabelecidos e divulgados. A Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, determina que as regras de negociação da bolsa de valores devem:

- (A) coibir práticas não-equitativas em seus ambientes;
- (B) definir as modalidades de fraudes cabíveis nesse mercado;
- (C) criar demanda para os ativos menos negociados;
- (D) fixar preços e quantidades ofertadas;
- (E) assegurar um tratamento diferenciado aos operadores.

54 - Em 2007, a BM&F iniciou seu processo de desmutualização, preparando a companhia para a abertura de capital. A partir de 1º de outubro de 2007, a companhia tornou-se uma sociedade por ações com fins lucrativos e os negócios passaram a ser conduzidos visando o benefício dos acionistas no longo prazo. Por desmutualização entende-se:

- (A) desconto sobre o valor de face dos empréstimos contraídos pelas corretoras membros junto à bolsa;
- (B) a liquidação de todos os contratos de empréstimos da companhia;
- (C) a eliminação de qualquer compromisso da companhia com a liquidação das operações realizadas na bolsa;
- (D) desvinculação do direito patrimonial do direito de acesso dos antigos associados, e sua conversão em participação acionária;
- (E) Possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre ganhos de capital.

55 - O mercado futuro de ações é aquele onde duas partes acordam a compra e a venda de ações listadas em bolsa, a um preço acertado, para liquidação em data futura específica e previamente autorizada. É característica desse mercado:

- (A) a eliminação do custo de empréstimo de ações para aqueles que queiram adotar posições vendedoras a descoberto;
- (B) o impedimento de que as partes negociem os contratos antes de seu vencimento;
- (C) a exigência do desembolso do volume financeiro total da operação, na abertura da posição;
- (D) a necessidade de que seja mantida a posição do ativo subjacente, até a data de exercício;
- (E) a exigência de que a corretora seja contraparte de seus clientes, em operações envolvendo mais de R\$ 100.000,00.

56 - Ao comprar ou vender uma ação, o investidor é influenciado por diversos fatores. Na discussão sobre a melhor forma de avaliar o potencial de uma ação, há duas escolas bastante distintas: a da análise fundamentalista e a da grafista. Assim, uma das características da análise grafista é:

- (A) avaliar o valor justo ou intrínseco de uma ação, a partir da análise de aspectos macro e microeconômicos;
- (B) observar todos os aspectos que influenciam a movimentação do preço de uma ação;
- (C) pressupor que todos os fatores que possam afetar o preço de mercado de um ativo estão refletidos no seu preço;
- (D) realizar uma avaliação retrospectiva da empresa, baseando-se em seu desempenho econômico-financeiro;
- (E) ser precisa na determinação do melhor momento para a compra e venda de uma ação.

57 - Dentro do contexto do mercado de capitais, o risco total pode ser dividido entre sistêmico e não sistêmico. Comparando esses dois tipos de risco, conclui-se que:

- (A) enquanto o primeiro é específico do ativo, o segundo depende totalmente da situação conjuntural estabelecida;
- (B) o segundo é identificado nas características do próprio ativo ou de uma situação específica;
- (C) apenas o segundo é inerente a todos os ativos negociados no mercado, sendo determinado por eventos de natureza econômica;
- (D) nenhum dos dois pode ser reduzido pela diversificação da carteira de ativos;
- (E) nenhum desses está relacionado especificamente com o desempenho dos emitentes do ativo.

58 - Os eventos de custódia são obrigações do emissor relativas ao resgate do principal e aos acessórios dos ativos por ele emitidos. Dentre os acessórios dos ativos verifica-se que:

- (A) a bonificação não é um deles;
- (B) apenas a bonificação e os dividendos fazem parte desses;
- (C) o desdobramento não é um deles;
- (D) apenas os juros sobre o capital próprio e a bonificação fazem parte desses;
- (E) a subscrição e os dividendos estão entre os principais deles.

59 - O grau de liquidez de uma ação em bolsa é dado pela capacidade de comprar e vender essa ação. Para estimar a liquidez de uma ação, a bolsa de valores adota três indicadores, que são:

- (A) negócios, Sharpe e negociabilidade;
- (B) presença, negócios e negociabilidade;
- (C) rentabilidade, liquidez geral e negócios;
- (D) liquidez geral, Sharpe e presença;
- (E) volatilidade, rentabilidade e liquidez geral.

60 - A gestão de carteira de investimento compreende diversas etapas que podem se originar na análise das possíveis alternativas de investimento, passando pela decisão das aplicações e operações a serem implementadas, e finalizando com as medições e relatórios sobre resultados. Segundo os objetivos e as estratégias a serem buscados, a gestão pode ser definida como ativa ou passiva. Uma gestão é passiva quando o gestor:

- (A) observa os fundamentos próprios dos ativos, independentemente das avaliações macroeconômicas;
- (B) segue sempre a tendência de mercado, comprando na alta e vendendo na baixa;
- (C) aplica em ativos, em percentual de sua carteira maior do que o percentual desses ativos no benchmark;
- (D) mantém sempre a mesma carteira de ativos, sem estabelecer metas de resultado;
- (E) busca atingir a rentabilidade de um índice, avaliando e aplicando nos ativos com o mesmo retorno e risco do índice.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Núcleo de Computação Eletrônica
Divisão de Concursos

Endereço: Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Ed. do CCMN, Bloco C e E
Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ

Caixa Postal: 2324 - CEP 20010-974

Central de Atendimento: (21) 2598-3333

Informações: Dias úteis, de 8 h às 17 h (horário de Brasília)

Site: www.nce.ufrj.br/concursos

Email: concursocvm08@nce.ufrj.br